



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

Procedimento Licitatório nº 25/2026

REGISTRO DE PREÇOS

TIPO:– menor preço por item

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS ☐ SIM ☒ NÃO

MODO DE DISPUTA ABERTO

O MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) **Irineu Silva Junior** e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, com critério de julgamento: **MENOR PREÇO – ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e as exigências estabelecidas neste Edital.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: até às 08h59min do dia 30 de junho de 2026.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA DISPUTA DE LANCES: Dia 30 de junho de 2026 às 09h00min

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

O encaminhamento das propostas exclusivamente pela plataforma digital deverá ser efetuado até a data e horários fixados para abertura das propostas comerciais.

Após a abertura das propostas comerciais via plataforma digital, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da **LICITANET**.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor do **Município de Pimenta/MG**, denominado (a) Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados exportados, gerados e/ou transferidos para a Plataforma de Pregão Eletrônico constante da página eletrônica da **LICITANET no site:** www.licitanet.com.br



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de Preços para a contratação de instituição financeira, banco digital, cooperativa de crédito ou empresa especializada autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços bancários de arrecadação de receitas públicas municipais por meio de pagamentos instantâneos via PIX QR Code Dinâmico, no padrão FEBRABAN, na modalidade cobrança com registro, com integração ao sistema de gestão tributária do Município de Pimenta/MG mediante API e/ou arquivos no padrão CNAB 750.**

1.1. A licitação será realizada em **menor preço unitário por guia liquidada**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. A participação nesta licitação é restrita aos interessados cujo ramo de atividade seja compatível¹ com o objeto desta licitação e que sejam **empresas previamente credenciadas** na Plataforma de Pregão Eletrônico da LICITANET, considerando o seguinte:

3.1.1. Não será(ão) concedido nesta Licitação exclusividade para ME/EPP para todo(s) o(s) item(ns)/lote(s) ampla concorrência destinados para empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

¹ **Nota Explicativa:** O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica. Nesse sentido o Tribunal de Contas da União, Acórdão 642/2014-Plenário.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio²;

3.6.10. pessoa física;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO CREDENCIAMENTO

² **Nota Explicativa:** A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

4.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Plataforma de Pregão Eletrônico, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados da plataforma credenciada:

4.2.1. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante.

4.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, dentro da vigência do plano contratado pelo licitante, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto à plataforma de pregão eletrônico e/ou canceladas por solicitação do licitante.

4.4. A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET, sendo que a nova senha será enviada por via de e-mail, de forma imediata.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O cadastramento do licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

4.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET - licitações online: www.licitanet.com.br: (34) 99807-6633 e (34) 3014-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

4.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

4.9.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até o prazo final para acolhimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. O envio dos documentos de habilitação somente estará disponível após o encerramento do envio de lances e negociação dos preços com a licitante melhor classificada.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.10. No cadastramento da proposta inicial (ou dos documentos de habilitação, conforme o caso), o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.10.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.10.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.10.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.10.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

5.11. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.13.

5.13.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.13.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.14. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.10 ou 5.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.15. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.16. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.17. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.18. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.18.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.18.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.³

5.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.19.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.19.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

³ **Nota explicativa:** O artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, admite que o licitante utilize do sistema oficial para estabelecer previamente seus lances, inclusive o lance mínimo ou o maior percentual de desconto, de modo que o sistema automaticamente receba os lances sem a necessidade de inserção manual a cada lance. A utilização desse instrumento é uma faculdade oferecida ao licitante.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

5.20. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.18 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.21. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.22. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, no que couber:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte dos contratados, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

7.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8. DO MODO DE DISPUTA

8.1. Modo de disputa aberto:

8.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores⁴ entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

8.1.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.1.3. prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.1.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.1.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.1.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) Pregoeiro (a), assessorado pela equipe de apoio,

⁴**Nota Explicativa:** Adotado o modo de disputa aberto, a previsão de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 c/c com art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

- 8.2.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.3.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.4.** No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.5.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.6.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço - item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.7.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 8.8.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 8.9.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.10.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.11.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.12.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.13.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.13.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

8.13.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.13.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.13.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.13.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.13.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.13.2.2. empresas brasileiras;

8.13.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.13.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.14.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14.2. O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.15. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.1. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por **outro meio** e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o (a) Pregoeiro (a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra⁵, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

9.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

⁵**Nota explicativa:** o TCU firmou jurisprudência no sentido de que tal exigência é cabível no pregão, desde que feita após a fase de lances e limitada ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar (Acórdãos nº 1.182/2007, nº 1.634/2007, nº 2.558/2007, nº 1.113/2008, nº 1.168/2009 e nº 1.317/2011, do Plenário, e nº 3.667/2009, 2ª Câmara), todavia, a descrição correta e detalhada do objeto a ser adquirido/contratado, na maior parte dos casos, garantirá a qualidade da contratação, sem necessidade de se exigir a apresentação de amostra, a qual deve ser reservada para situações excepcionais.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

9.5.3.2. Se houver a exigência de amostras, a aferição será realizada (s) pelo (s) servidor (es) designado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, caso em que será elaborado Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, com justificativa fundamentada e comparativa de cada produto analisado, se for o caso.

9.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo (a) Pregoeiro (a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o (a) Pregoeiro (a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

9.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.5.3.8. Encerrada a etapa de análise será dada publicidade ao Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, por meio de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município – DOEM bem como serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente na ordem de classificação.

9.7. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8. O (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.8.1. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

9.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) solicitará e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DO CADASTRO NO HABILITANET – HABILITAÇÃO

10.1. O HABILITANET constitui um módulo de registro cadastral da LICITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa.

10.1.1. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, poderá ser comprovada por meio de regular inscrição cadastral no HABILITANET, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame⁶ ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro de Fornecedores do Município, bem como:

10.2.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.2.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU
(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:RP,2::>);

10.2.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU
(<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

⁶ **Nota explicativa:** A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

10.2.4. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do HABILITANET, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.3.1. O interessado, mediante utilização do sistema, deverá anexar os documentos de habilitação na plataforma no momento em que for convocado pelo pregoeiro a atender às condições exigidas no item 10.9, no HABILITANET

10.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo (a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019 e § 2º, do Art. 43, do decreto Municipal nº 2584/2021.

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação e/ou desclassificação.

10.5 A licitante deverá encaminhar SOMENTE a cópia da proposta de preços ajustada, contendo preço unitário e global com até 02 (duas) casas decimais, bem como a marca, para o HABILITANET para que o (a) Pregoeiro (a) possa verificar a conformidade com o preestabelecido neste Edital, devendo ser encaminhados posteriormente os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, em original ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados após ser declarado vencedor do lote/item, para o endereço: Avenida JK, nº 396, Centro, Pimenta/MG, CEP: 35.585-000.

10.5.1. A não apresentação dos documentos de habilitação (em original e/ou autenticados) que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, no prazo estipulado de 05 (cinco) dias úteis, ensejará a inabilitação direta do licitante bem como a aplicação, nos autos do certame, das penalidades previstas no Art. 49, II do Decreto n. 10.024/2019.

10.5.2. Nos casos em que o (s) licitante (s) não ENVIAR os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, em original e/ou autenticados, o(a) Pregoeiro(a) declarará sua inabilitação e convocará imediatamente, o licitante classificado em segundo lugar.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8. Os licitantes deverão encaminhar via plataforma digital, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8.1. Habilitação jurídica:

10.8.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.8.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.8.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ**;

10.8.2.2. Prova **de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

10.8.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.8.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.8.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.8.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

10.8.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.2.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006, deverá apresentar:

10.8.2.8.1 Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial, ou, Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ou, Declaração de Microempreendedor Individual, ou, documento legal hábil a comprovar a condição ME ou EPP, emitida no exercício corrente.

10.8.2.8.2 O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.8.3. Qualificação Econômico Financeira

10.8.3.1. Certidão Civil Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de Falência e Concordata, datada de no **máximo 90 (noventa) dias** corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

10.8.4. Qualificação Técnica



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

10.8.4.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução/entrega satisfatória do objeto e/ou de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado;

10.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando for exigido

10.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.17. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

10.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.19.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.19.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.20 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.21 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.1.

10.22 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.23 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.24 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Ao licitante declarado vencedor será concedido o prazo de 2 (duas) horas (que poderá correr simultaneamente à convocação para apresentação dos documentos de habilitação), a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a), no sistema eletrônico, para apresentação da proposta final ajustada ao valor do último lance, sob pena de desclassificação e deverá atender às seguintes condições:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, sendo preferível a assinatura eletrônica.

11.2. Com o intuito de oferecer agilidade ao processo de pagamento, a proposta final da licitante poderá **conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.**

11.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

11.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inc. II, art. 12, da Lei nº 14.133/21).

11.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.8. Dispensa-se o envio da proposta ajustada, em via original, tendo em vista o envio da proposta na plataforma eletrônica, sendo que esta proposta final levada aos autos será utilizada no decorrer da execução do contrato.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao (a) Pregoeiro (a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3.1. Nesse momento, o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso⁷.

12.3.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.3.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

⁷**Nota explicativa:** no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

12.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos (HABILITANET), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 A (s) projeção (s) da (s) despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação (s) orçamentária (s) própria (s), consignada (s) no orçamento municipal para o exercício corrente, na (s) seguinte (s) rubrica (s):

Secretaria Municipal de Fazenda

Ficha 125 02.03.01.04.129.0003.2023.3.3.90.39.00 Fonte de Recurso: 1.500.000

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

15.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela(e) fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3 A ata de registro de preços ou contrato será assinada(o) por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial da prefeitura.

15.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços/Contratos quantos forem necessárias(os), com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

15.5 O preço registrado, quando for o caso, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços/contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1 As regras acerca do reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro em sentido geral, do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 DO PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

20.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.1.5 fraudar a licitação

20.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

20.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

20.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1 advertência;

20.2.2 multa;

20.2.3 impedimento de licitar e contratar e

20.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

20.3.2 as peculiaridades do caso concreto

20.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

20.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

20.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1 Para as infrações previstas no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.4.2 Para as infrações previstas no art. 155, IV à VIII da Lei 14.133/21, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

20.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no art. 155, VIII à XII da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no art. 155, VIII, IX, X, XI e XII da Lei 14.133/21 bem como pelas infrações administrativas previstas no art. 155, II, III, IV, V, VI e VII da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

20.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A impugnação poderá ser realizada, exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET;

21.3 Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6 O (a) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DA PUBLICIDADE

22.1 O aviso deste pregão será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pimenta nos termos da Lei Municipal 2004/2021, como também, disponibilizado por meio do site: www.licitanet.com.br e publicado no site oficial do município: www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

23.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

23.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

23.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

23.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

23.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

23.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

23.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

23.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

23.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

23.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

23.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21.

24.11 Havendo a celebração do contrato, o mesmo poderá ser renovado nos termos do Art. 107, da Lei 14.133/21, “Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

24.11.1 Após o décimo segundo mês de vigência do contrato os preços poderão ser reajustados pela aplicação do INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

24.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.13 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/ e site www.licitanet.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida JK, nº 396, Centro, Pimenta/MG, CEP: 35.585-000, nos dias úteis, no horário das 07h00min horas às 16h00min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do Procedimento Licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

24.14.1 ANEXO I - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.14.2 ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

24.14.3 ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

Pimenta/MG, 20 de maio de 2026.

Irineu Silva Junior
Pregoeiro



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

ANEXO I – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O *MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG*, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), doravante denominado órgão gerenciador do Pregão, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/21, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação dos serviços de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
X	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Unid.	Quant.	Valor Un	Valor Total

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

3.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

- 4.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 4.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.
- 4.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
- 4.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar,



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

8.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas termo de referência anexo do Edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, de de 202x.

Pregoeiro e Equipe de Apoio – Portaria nº 0.../202x

Pregoeiro (a)

Equipe de Apoio

Prefeito (a)

Licitante detentor (a)



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0xx/202x

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 16.725.962/0001-48 com sede administrativa na Avenida JK, nº 396, na cidade de Pimenta – MG, neste ato representado pelo Prefeito, **Geovanio Gualberto Macedo – Matrícula 2737-9.**

CONTRATADA: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx-xxx, com sede administrativa na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx nº xxx, Bairro: xxxxxx, **xxxxxx/xx**, CEP: xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu Diretor Administrativo xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na cidade de xxxxxxxx/xxx, CEP: xxxxxxxx. Telefone: (xx) xxxx-xxxx, email: xxxxxxxx

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

I. Este contrato tem como fundamento a Lei 14.133/21 e visa principalmente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e observará os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e dos que lhes são correlatos.

II. O presente contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe supletivamente, especialmente os casos omissos, o princípio da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado

III. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e as cláusulas e condições descritas no presente, conforme **Pregão Eletrônico nº 0xx/202x**, vinculando-se ao referido Edital.

IV. Este contrato tem regime de **Execução Indireta** nos termos da Lei.

V. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Estudo Técnico Preliminar;
2. Termo de Referência;
3. O Edital da Licitação;
4. A Proposta do contratado;
5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

I. Constitui objeto do contrato a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx do Município de Pimenta/MG, ***nos termos do Procedimento Licitatório nº 0xx/202x, modalidade Pregão Eletrônico nº 0xx/202x.***

II. Do detalhamento do objeto e do preço médio:

ITEM/LOTE	DESCRIÇÃO	TAXA ADMINISTRATIVA	TAXA TOTAL REDE CREDENCIADA	VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DA PRORROGAÇÃO

I. O contrato terá vigência por um período 12 (doze) meses, com termo inicial a partir da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21 e legislações pertinentes.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

II. O objeto do contrato tem características de serviços contínuos e sendo assim, passível de prorrogação sucessiva nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

III. Nos casos de prorrogação, o valor (taxa de administração e taxa total de credenciados) será corrigido anualmente pela aplicação do INPC e/ou outro índice equivalente que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

I. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

I. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

I. O valor global estimado do contrato é **R\$xxxxxxxxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

II. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

III. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

IV. O Município de Pimenta pagará à licitante contratada o valor referente ao objeto executado nele aplicado a taxa de administração.

V. O pagamento mensal corresponderá ao percentual da taxa de administração ofertado pela contratada e incidirá sobre o valor mensal do faturamento, conforme especificado na Proposta Comercial apresentada no Pregão.

VI. O valor mensal do faturamento corresponderá aos preços à vista dos produtos e/ou da prestação de serviços nas lojas, estabelecimentos, postos e oficinas credenciadas, na data em que ocorreu cada venda ou prestação de serviço, em conformidade com documento comprobatório (nota fiscal e/ou cupom fiscal, ou outro similar) a ser emitido no momento da venda e/ou da manutenção do veículo, motocicleta ou máquinas, bem como o relatório apresentado pela contratada.

VII. As lojas, postos, estabelecimentos e oficinas entre outros que fizerem parte da rede credenciada deverão ser pagas pela contratada, em prazo compatível com os preços à vista dos produtos e/ou serviços, inexistindo qualquer relação financeira entre o estabelecimento que integrar a rede credenciada e o Município de Pimenta/MG.

VIII. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva venda/aquisição e/ou prestação dos serviços nas condições especificadas no Contrato, que será comprovada por meio do relatório de vendas/aquisição e serviços a ser expedido pelo responsável da fiscalização acompanhado da respectiva NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, Nota Fiscal e documentos comprobatórios da despesa.

IX. A CONTRATADA deverá manter atualizado, durante toda a vigência do Contrato, a vigência dos documentos de habilitação, em especial os de regularidade fiscal,



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

trabalhista, falência e concordata, encaminhando cópia destes documentos em anexo à nota fiscal eletrônica, para fins agilidade na liberação dos pagamentos.

X. A CONTRATADA deverá apresentar à Gerência xxxxxxxxxxxx do Município, até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento/execução do objeto, a correspondente nota fiscal eletrônica/Fatura, documentos comprobatórios da despesa, sempre acompanhados dos documentos fiscais e tributários devidos, sem prejuízo dos previstos no Contrato.

XI. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a data de recebimento dos documentos de cobrança, devidamente atestado pelo fiscal do Contrato.

XII. A nota fiscal eletrônica/Fatura será emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.

XIII. As notas fiscais serão emitidas mediante a (s) NAF - Nota de Autorização de Fornecimento que será (ão) enviada (s) para a contratada via correio eletrônico.

XIV. Poderão serem emitidas quantas NAF - Nota de Autorização de Fornecimentos forem necessárias a depender da execução do objeto, da Secretaria solicitante e dos recursos orçamentários e financeiros para o respectivo pagamento.

XV. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada NAF - Nota de Autorização de Fornecimento.

XVI. O documento fiscal da contratada conterá em seu histórico, além das consignações legais, a indicação do número e ano do Contrato, a descrição precisa do objeto entregue/executado e o mês de referências destes.

XVII. Caso a contratada não encaminhe a nota fiscal eletrônica e demais documentos ao Município no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

XVIII. O Município, identificando quaisquer divergências na nota fiscal eletrônica, mormente no que tange a valores das aquisições e dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação / substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

XIX. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da contratada, seja relativa à execução do objeto seja quanto a documento exigido para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção da execução do objeto.

XX. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal eletrônica/Fatura, a contratada dará ao Município pleno, geral e irretratável quitação da remuneração referente à aquisição de peças e à prestação de serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

I. Os Preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

II. Após o décimo segundo mês de vigência, em havendo prorrogação nos termos da Lei Federal 14.133/21, os preços (taxa de administração e taxa total de credenciado) poderão ser reajustados pela aplicação do INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses, e/ou outro índice equivalente que vier a substituí-lo.

III. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

IV. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

V. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

VI. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município de Pimenta/MG, a saber:

XX

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

I. Das obrigações do Contratante

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
4. Emitir a Nota de Empenho e proceder à assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas no edital de contratação e seus anexos.
5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega.
6. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado na data da necessidade, através de ferramenta disponibilizada pela empresa capaz de possibilitar que os gestores realizem, on-line, consulta à tabela de preços do fabricante de cada peça desejada, assim como consulta às tabelas de tempo de mão de obra padrão, extremamente necessária para fiscalização dos orçamentos apresentados pelas oficinas credenciadas;
7. Exercer a fiscalização dos serviços e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/21.
8. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelo Município.
9. Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos no Contrato.
10. Disponibilizar equipamentos de informática (computador impressora e periféricos) bem como material de expediente e servidor para o gerenciamento do sistema no município.
11. Acompanhar os preços de mercado e registrados, bem como conduzir os procedimentos relativos às alterações dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados;
12. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
13. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

15. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16. Cientificar a Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

17. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.1 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

18. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

II. Das obrigações da Contratada

1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

b. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

d. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

e. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

f. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

- g.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- h.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- i.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- j.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- k.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- l.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- m.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- n.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- o.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- p.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- q.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- r.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- s.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- t.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- u.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 2.** A contratada prestará os serviços objeto deste contrato e agenciará o



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

fornecimento de peças, combustíveis e produtos, em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando recursos tecnológicos apropriados, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica exigidas e se responsabiliza por dar plena e fiel execução a ata de registro de preços/contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas.

3. Será de inteira responsabilidade da contratada todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação.

4. A contratada deverá fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade a ser definida pelo Município, conforme a necessidade.

5. A contratada deverá nomear e manter preposto para representá-la perante o Município e assisti-la em todas as questões relativas à execução do Contrato.

6. A contratada se responsabilizará pela permanente manutenção da validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais.

7. A contratada deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do Contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados.

8. A contratada deverá gerar, em base mensal, Nota Fiscal/Fatura única por secretaria e recursos financeiros/orçamentários, com a consolidação financeira das peças, produtos e serviços efetuados, acompanhadas do relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, no período de referência.

9. A contratada deverá entregar mensalmente a nota fiscal/Fatura, demonstrativo de compras (notas fiscais de peças, serviços ou combustíveis das credenciadas), discriminando o valor dos produtos e peças adquiridas e dos serviços prestados, descontos praticados e/ou taxa de administração se houverem, com consolidação financeira dos serviços executados, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal devidamente válidas, ao Fiscal do Contrato que a atestará e encaminhará ao setor competente.

10. A contratada deverá acatar todas as orientações do Município sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes, a quaisquer aspectos da execução contratual.

11. A contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto ao fornecimento de produtos, peças e à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no edital e seus anexos.

12. A contratada deverá manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, em conformidade ao artigo 195, § 3º da Constituição Federal.

13. A contratada assumirá, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratada.

14. A contratada deverá fornecer tantas senhas quantos forem solicitadas, além da previsão inicial sem qualquer ônus adicional.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

15. A contratada arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando o Município de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do Contrato.

16. A contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Município.

17. A contratada responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.

18. A contratada deverá facilitar a ação de fiscalização do Município, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação do fornecimento de produtos, peças e serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por eles apresentadas.

19. A contratada obriga-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração.

20. A contratada deverá aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal referentes as peças, produtos e serviços por parte de representante designado da Administração.

21. A contratada se responsabiliza pelo pagamento pontual e integral à rede credenciada, obedecendo aos prazos compatíveis de mercado pelas peças, produtos e serviços prestados ao do Município.

22. Disponibilidade de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência, com operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;

23. Realizar manutenção contínua no sistema de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços.

24. Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do Contrato.

25. A contratada deverá disponibilizar senhas, bloqueio e desbloqueio, além dos demais serviços inerentes ao objeto do Contrato.

26. A contratada deverá providenciar o credenciamento de lojas, autopeças, postos, oficinas e estabelecimentos em localidades previstas no Termo de Referência ou onde sejam solicitadas pelo Município, que venham a ser de seu interesse, por razões operacionais, procedendo à confecção e a entrega de senhas adicionais, conforme o caso, atendendo às solicitações do Fiscal do Contrato, sem custos adicionais.

27. A contratada se responsabiliza por fornecer ao Município, através da rede credenciada, bem como utilizar no serviço de reposição de peças em seus veículos, peças e acessórios originais, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, excetuando-se nos casos de veículos fora de linha de fabricação de peças novas.

28. A contratada se responsabiliza por exigir que o estabelecimento credenciado devolva ao Município, as peças, materiais e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos realizados.

29. A contratada se responsabiliza por fornecer ao Setor Administrativo/Compras do Município todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

30. A Contratada deverá disponibilizar acesso a sistemas como Sistema audatex, Partlink, Tabela Traz Valor, ou outro instrumento hábil similar que contemple todas as linhas de veículos e máquinas, composta por uma ferramenta que possibilita ao Gestor/Fiscal efetuar consulta on-line, tanto a tabela de preços dos fabricantes das peças, quanto a tabela de tempos de mão de obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica da Indústria e Reparação de veículos e acessórios.

31. A contratada se responsabiliza por exigir que o estabelecimento credenciado forneça a nota fiscal do serviço bem como cópia da nota fiscal das peças adquiridas para o conserto, discriminando marca, modelo e garantia do serviço prestado e peças adquiridas.

32. A contratada se responsabiliza por capacitar os estabelecimentos credenciados, no que diz respeito a operação dos recursos do sistema sobre a importância do fornecimento da relação de peças/serviços e orçamentos no prazo máximo de 6 (seis) horas e as demais funcionalidades do sistema como um todo.

33. A contratada se responsabiliza por atender ao chamado do Município para assinatura do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da convocação por escrito que poderá ser enviada por correio eletrônico.

34. A contratada se responsabiliza por arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias, para seus empregados/técnicos envolvidos na execução do objeto.

35. A contratada se responsabiliza por seguir toda a legislação vigente, em especial a CLT, no que diz respeito à segurança e higiene do trabalho.

36. A contratada se responsabiliza por comprovar ao Município os recolhimentos sociais incidentes a que título for.

37. A contratada se responsabiliza por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a prestação do serviço.

38. A CONTRATADA deverá se comprometer a adequar todos os procedimentos internos ao disposto da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) com o intuito de proteger os dados pessoais a que venha ter acesso no cumprimento das obrigações contratuais.

39. A contratada se responsabiliza, sob pena de retenção de pagamento, por todas as encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato assumidas com terceiros para a execução do objeto do Contrato e/ou o contrato tendo em vista a responsabilidade prevista na Lei 14.133/218 ; inciso V, da Súmula 331 do TST⁹ e entendimento do TCU¹⁰ que privilegia inclusive, a retenção do pagamento.

40. A contratada se responsabiliza por fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas bem como, fornecer condições que possibilitem a prestação do serviço, a partir da data da ordem de serviço emitida pelo Município.

41. A contratada se responsabiliza por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

⁸ Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

⁹ Súmula nº 331 do TST - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.

¹⁰ TCU: Acórdão nº 1.009/2011-Plenário. Acórdão nº 947/2010-Plenário. Acórdão nº 3.961/2010-1ª Câmara. Acórdão nº 4.248/2011-1ª Câmara.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

42. A contratada se responsabiliza por prestar esclarecimentos à Administração Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independente de solicitação.

CLÁSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

I. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

II. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

III. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

a. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

b. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

IV. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

V. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

VI. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

VII. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

VIII. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

a. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

IX. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

I. A inexecução total ou parcial de quaisquer das cláusulas do presente, enseja a sua rescisão, com as consequências nele previstas, em lei ou regulamento, podendo



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

este instrumento contratual firmado, ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21.

II. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, podendo ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

III. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

IV. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

V. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas.

VI. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

VII. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d. Multa:

1. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Compensatória, de 10% a 30% do valor do Contrato para as infrações de a) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; b) praticar ato fraudulento na execução do contrato; c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3. Compensatória de 20% a 30% do valor do Contrato, para a infração de inexecução total do contrato

i. Para infração de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 15% a 19% do valor do Contrato.

j. Para infração de retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

k. Para a infração de inexecução parcial do contrato, a multa será de 5% a 9% do valor do Contrato.

III. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

IV. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

a. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

VI. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

VII. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VIII. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b. as peculiaridades do caso concreto;

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. os danos que dela provierem para o Contratante;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

IX. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

X. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

XI. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CRIMES E DAS PENALIDADES

I. O contratado/detentor que cometer fraude ao contrato (Art. 337-L da Lei 14.133/21) ou que declarado inidôneo, venha contratar com a Administração Pública (Art. 337-M, §2º da Lei 14.133/21) se sujeita às penas previstas na Lei 14.133/21, Título V, Capítulo II-B no que se refere aos crimes em licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

I. Não haverá exigência de garantia contratual nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/21, dos bens/serviços contratados na presente contratação tendo em vista que o(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) após a entrega e aceitação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

I. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

I. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

a. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

b. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

c. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

I. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021 e de igual modo, publicar em forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico Municipal - DOEM.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. A Contratada tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos no **Pregão Eletrônico nº xxx/202x**, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

II. O contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

I. Fica eleito o foro da Comarca de Formiga/MG, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.

II. **E por estarem justos e contratados, firmam o presente dispensando-se as testemunhas¹¹, para que produza seus efeitos legais.**

Pimenta/MG, xx de xxxxxx de 202x.

MUNICÍPIO DE PIMENTA
CNPJ: 16.725.962/0001-48
Geovanio Gualberto Macedo - Prefeito
Contratante

Empresa xxxxxxxx
CNPJ: xxxxxxxx
Nome xxxxxxxx – Diretor xxxxx
Contratada

¹¹ Nota Explicativa: dispensado o acolhimento de 2 testemunhas, conforme entendimento do STJ no REsp no 1.495.920/DF.



TERMO DE REFERÊNCIA nº 033/2026

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de instituição financeira, banco digital, cooperativa de crédito ou empresa especializada autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços bancários de arrecadação de receitas públicas municipais por meio de pagamentos instantâneos via PIX QR Code Dinâmico, no padrão FEBRABAN, na modalidade cobrança com registro, com integração ao sistema de gestão tributária do Município de Pimenta/MG mediante API e/ou arquivos no padrão CNAB 750.

1.2 Considerando as características do objeto, a natureza comum dos serviços pretendidos, a impossibilidade de definição exata do quantitativo de transações efetivamente liquidadas durante a vigência contratual e a remuneração vinculada à demanda efetivamente executada, a contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1 Justificativa para utilização do Sistema de Registro de Preços

A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente contratação fundamenta-se na natureza estimativa da demanda e na impossibilidade de definição exata do quantitativo de transações que serão efetivamente processadas durante a vigência contratual.

O objeto da contratação envolve a prestação de serviços de arrecadação de receitas públicas municipais por meio de pagamentos instantâneos via PIX QR Code Dinâmico, cuja remuneração ocorrerá por produtividade, incidindo exclusivamente sobre as guias efetivamente liquidadas.

A demanda apresenta comportamento variável e sazonal, diretamente influenciado por fatores como:

- períodos de vencimento tributário;
- adesão gradual dos contribuintes ao meio de pagamento via PIX;
- oscilação do volume arrecadatório ao longo do exercício;
- comportamento espontâneo de pagamento dos contribuintes;
- eventual expansão futura da utilização da solução tecnológica pela Administração.

Nesse contexto, mostra-se tecnicamente inadequada a definição de quantitativo fixo de execução obrigatória, razão pela qual o Sistema de Registro de Preços revela-se o mecanismo mais eficiente e compatível com a natureza da contratação, permitindo flexibilidade operacional, melhor gerenciamento da demanda e observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

A utilização do SRP também proporciona maior segurança administrativa e orçamentária, uma vez que não gera obrigação de contratação integral do quantitativo estimado, vinculando a remuneração da contratada exclusivamente à efetiva prestação dos serviços.

**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

A modelagem adotada encontra respaldo nos arts. 6º, inciso XLI, e 82 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes de planejamento da fase preparatória da contratação pública.

1.3 O objeto, bem como suas especificações técnicas, quantitativos estimados e valores unitários, encontram-se pormenorizados na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT. ANUAL (EST.)	VALOR UNIT. (EST.)	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Arrecadação de receitas públicas municipais por meio de pagamentos via PIX com QR Code dinâmico, com integração ao sistema de gestão municipal por meio de API e/ou arquivos no padrão CNAB 750 (FEBRABAN), incluindo a geração dos QR Codes vinculados às guias emitidas, processamento das transações, baixa automática dos débitos, envio de arquivos de retorno para conciliação bancária e suporte técnico à integração.	Guia	15.000	R\$ 1,18	R\$ 17.700,00

1.4 O objeto é classificado como serviço comum de natureza contínua, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo indispensável à continuidade das atividades arrecadatórias da Administração Pública Municipal.

1.5 A contratação compreenderá o processamento estimado de até 15.000 (quinze mil) guias anuais liquidadas, incluindo a geração de QR Code PIX Dinâmico vinculado às guias municipais, processamento das transações, baixa automática dos débitos, envio de arquivos de retorno para conciliação bancária e suporte técnico à integração sistêmica.

1.6 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza contínua do serviço e da necessidade de manutenção ininterrupta da arrecadação municipal.

1.7 A remuneração da contratada ocorrerá por produtividade, incidindo exclusivamente sobre as guias efetivamente liquidadas, não gerando à Administração obrigação de contratação do quantitativo total estimado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de modernização, ampliação da eficiência operacional e fortalecimento dos mecanismos de controle da arrecadação de receitas públicas do Município de Pimenta/MG, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, transparência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Atualmente, o Município possui contrato vigente para arrecadação de receitas mediante código de barras (boleto bancário), contudo referido instrumento não contempla solução tecnológica de



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

pagamento instantâneo via PIX QR Code Dinâmico integrada ao sistema de gestão tributária municipal.

Embora exista a possibilidade de recebimento de valores via PIX, o modelo atualmente utilizado ocorre sem integração sistêmica automatizada, exigindo conferência manual dos pagamentos junto aos extratos bancários, o que ocasiona:

- morosidade na baixa dos débitos;
- maior risco de falhas operacionais;
- retrabalho administrativo;
- dificuldade de conciliação financeira;
- limitação no controle e rastreabilidade das transações;
- aumento da demanda operacional dos setores de Tributação e Tesouraria.

Dessa forma, a presente contratação possui caráter complementar e tecnológico, visando exclusivamente a implementação de solução integrada de arrecadação via PIX, sem substituição imediata do modelo tradicional de arrecadação por código de barras e sem sobreposição indevida de execução contratual.

A solução pretendida permitirá que as guias municipais sejam emitidas em modelo híbrido, contendo simultaneamente código de barras e QR Code PIX Dinâmico, possibilitando ao contribuinte escolher a modalidade de pagamento mais conveniente, com disponibilidade de liquidação instantânea 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados.

A integração tecnológica via API e/ou arquivos no padrão CNAB 750/FEBRABAN proporcionará:

- geração automática do QR Code vinculado à guia emitida;
- baixa automática dos pagamentos liquidados;
- envio de arquivos de retorno para conciliação bancária;
- rastreabilidade integral das transações;
- maior segurança das operações financeiras;
- redução de erros humanos;
- otimização da gestão arrecadatória municipal.

A contratação também se justifica pela necessidade de garantir maior comodidade ao contribuinte, ampliar o acesso aos meios digitais de pagamento e acompanhar a evolução tecnológica dos sistemas financeiros atualmente adotados pela sociedade e pelos órgãos públicos.

Sob a ótica administrativa e financeira, a solução promove maior eficiência operacional da Secretaria Municipal de Fazenda, reduzindo atividades manuais, aumentando a confiabilidade das informações arrecadatórias e proporcionando maior agilidade na disponibilidade financeira dos recursos públicos.

O modelo de remuneração por produtividade, incidente exclusivamente sobre as guias efetivamente liquidadas, revela-se economicamente vantajoso para a Administração, uma vez que vincula o pagamento à efetiva prestação do serviço, sem custos fixos de manutenção ou operação.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

A contratação encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 030/2026, o qual concluiu pela viabilidade técnica e econômica da solução, bem como pela adoção do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço unitário por guia liquidada.

Por fim, a presente contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade, modernização e eficiência dos serviços públicos de arrecadação municipal, garantindo maior controle financeiro, segurança operacional e melhoria na prestação dos serviços ao cidadão, em observância aos princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

2.1. Da Complementaridade da Solução e Ausência de Sobreposição Contratual

O Município de Pimenta/MG possui atualmente contratação vigente destinada à arrecadação de receitas públicas mediante utilização de guias com código de barras, operacionalizada junto à rede arrecadadora bancária tradicional.

A presente contratação não possui por finalidade substituir integralmente o modelo arrecadatório atualmente existente, tampouco promover duplicidade de execução contratual, mas sim implementar solução tecnológica complementar voltada especificamente à modernização dos meios de pagamento mediante utilização de pagamentos instantâneos via PIX QR Code Dinâmico com integração sistêmica automatizada.

A solução pretendida agrega funcionalidades atualmente não contempladas pelo contrato vigente, especialmente:

- geração automatizada de QR Code PIX Dinâmico;
- integração via API e/ou arquivos CNAB 750/FEBRABAN;
- baixa automática das liquidações;
- conciliação financeira automatizada;
- rastreabilidade sistêmica das transações PIX;
- processamento instantâneo das arrecadações.

Permanecerá mantida a coexistência operacional entre:

- o modelo tradicional de arrecadação por código de barras; e
- a solução tecnológica de pagamentos instantâneos via PIX.

A execução contratual observará segregação funcional entre os serviços atualmente contratados e a solução objeto deste Termo de Referência, inexistindo:

- sobreposição indevida de execução;
- duplicidade remuneratória;
- pagamento em duplicidade pela mesma funcionalidade;
- conflito operacional entre os instrumentos contratuais.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

A presente contratação visa exclusivamente suprir lacuna tecnológica relacionada à integração automatizada dos pagamentos via PIX ao sistema de gestão tributária municipal, assegurando maior eficiência administrativa, modernização arrecadatória e ampliação dos meios digitais de pagamento disponibilizados ao contribuinte.

Dessa forma, resta caracterizada a complementaridade tecnológica da solução pretendida, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução pretendida consiste na contratação de serviços especializados de arrecadação de receitas públicas municipais por meio de pagamentos instantâneos via PIX QR Code Dinâmico, em conformidade com o padrão FEBRABAN, integrados ao sistema de gestão tributária do Município de Pimenta/MG mediante API e/ou arquivos no padrão CNAB 750.

A solução será implementada de forma complementar ao modelo atualmente utilizado pelo Município para arrecadação por código de barras, permitindo a coexistência dos meios de pagamento (boleto bancário e PIX), sem sobreposição de execução contratual, assegurando maior eficiência, segurança e modernização do fluxo arrecadatório municipal.

O ciclo de vida da solução compreenderá todas as etapas necessárias ao adequado funcionamento do serviço, abrangendo desde a integração tecnológica inicial até o processamento das transações, conciliação bancária e suporte operacional contínuo, conforme descrito a seguir:

3.1. Implantação e Integração Sistêmica

A contratada deverá realizar a integração entre sua plataforma de arrecadação e o sistema de gestão tributária utilizado pelo Município, mediante API e/ou arquivos no padrão CNAB 750/FEBRABAN, possibilitando:

- geração automática do QR Code PIX Dinâmico;
- vinculação individualizada do código às guias municipais emitidas;
- comunicação segura entre os sistemas;
- transmissão e recebimento de dados financeiros;
- automação da baixa dos débitos pagos.

A implementação deverá ocorrer de forma coordenada com os setores responsáveis da Administração Municipal, incluindo suporte técnico para parametrização, homologação e testes operacionais da integração.

3.2. Emissão das Guias de Arrecadação

A solução deverá permitir a emissão de guias municipais em modelo híbrido, contendo simultaneamente:

- código de barras tradicional;



- QR Code PIX Dinâmico.

O modelo híbrido visa assegurar flexibilidade ao contribuinte, permitindo a escolha da modalidade de pagamento mais conveniente, sem necessidade de emissão de novos documentos.

3.3. Processamento das Transações Financeiras

A contratada deverá disponibilizar infraestrutura tecnológica apta ao processamento das transações financeiras em ambiente seguro, com disponibilidade contínua, permitindo:

- pagamentos instantâneos 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- liquidação em tempo real;
- rastreabilidade integral das operações;
- segurança e integridade dos dados trafegados.

As transações deverão observar os protocolos e normas estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, FEBRABAN e legislação aplicável.

3.4. Baixa Automática e Conciliação Bancária

Após a liquidação da guia pelo contribuinte, a solução deverá realizar a baixa automática do débito junto ao sistema de gestão municipal, garantindo atualização tempestiva das informações arrecadatórias.

A contratada deverá disponibilizar arquivos de retorno e relatórios detalhados das transações realizadas, em periodicidade compatível com as necessidades operacionais da Administração, possibilitando:

- conciliação bancária;
- auditoria das operações;
- controle financeiro;
- rastreamento das liquidações;
- fiscalização contratual.

3.5. Suporte Técnico e Manutenção Operacional

Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá assegurar suporte técnico contínuo para:

- manutenção da integração sistêmica;
- correção de falhas operacionais;
- atualização dos layouts e padrões bancários;
- acompanhamento da estabilidade da comunicação entre os sistemas;
- atendimento às demandas técnicas da Administração.

O suporte deverá contemplar atendimento adequado para resolução de incidentes que possam comprometer o funcionamento da arrecadação municipal.



3.6. Segurança da Informação e Proteção de Dados

A solução deverá observar integralmente a legislação aplicável à segurança da informação e proteção de dados, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A contratada deverá adotar mecanismos de:

- criptografia;
- rastreabilidade;
- controle de acesso;
- proteção contra fraudes;
- auditoria das operações;
- preservação da integridade e confidencialidade das informações.

3.7. Encerramento da Contratação e Transição Operacional

Ao término da vigência contratual, a contratada deverá garantir a continuidade operacional da arrecadação municipal durante eventual transição contratual, assegurando:

- disponibilização dos arquivos e registros necessários à continuidade dos serviços;
- preservação da integridade das informações arrecadatórias;
- apoio técnico à migração ou encerramento da integração;
- inexistência de interrupção abrupta dos serviços públicos de arrecadação.

A solução proposta busca promover a modernização administrativa da gestão tributária municipal, proporcionando maior eficiência operacional, segurança financeira, comodidade ao contribuinte e aprimoramento dos mecanismos de controle e transparência da arrecadação pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o adequado atendimento da necessidade administrativa e plena execução da solução pretendida, a contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, legais e funcionais descritos neste Termo de Referência.

4.1. Requisitos Gerais da Solução

A contratação compreenderá a prestação de serviços bancários especializados de arrecadação de receitas públicas municipais por meio de pagamentos instantâneos via PIX QR Code Dinâmico, observando obrigatoriamente:

- o padrão FEBRABAN para QR Code PIX Dinâmico;
- integração ao sistema de gestão tributária municipal;
- disponibilidade operacional contínua;
- segurança das transações financeiras;
- rastreabilidade integral das operações;
- compatibilidade tecnológica com a estrutura atualmente utilizada pelo Município.



A solução deverá operar de forma complementar ao atual modelo de arrecadação por código de barras, permitindo a coexistência dos meios de pagamento sem sobreposição de execução contratual.

4.2. Requisitos de Integração Tecnológica

A contratada deverá disponibilizar integração sistêmica mediante:

- API;
- arquivos de remessa e retorno no padrão CNAB 750/FEBRABAN;
- ou solução tecnológica equivalente compatível com o sistema de gestão municipal.

A integração deverá permitir:

- geração automática de QR Code PIX Dinâmico vinculado às guias municipais;
- comunicação automatizada entre os sistemas;
- baixa automática dos débitos pagos;
- envio de arquivos de retorno;
- conciliação bancária automatizada;
- rastreamento das transações realizadas.

A contratada deverá prestar suporte técnico integral durante as etapas de implantação, homologação, testes e manutenção operacional da integração.

4.3. Requisitos Operacionais

A solução deverá garantir:

- disponibilidade de processamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive finais de semana e feriados;
- liquidação instantânea das transações;
- estabilidade operacional;
- integridade dos dados financeiros;
- funcionamento contínuo dos serviços arrecadatórios.

As guias municipais deverão permitir emissão em modelo híbrido, contendo simultaneamente:

- código de barras;
- QR Code PIX Dinâmico.

A solução deverá possibilitar a emissão, liquidação, rastreamento e conciliação das guias sem necessidade de intervenção manual da Administração.

4.4. Requisitos de Segurança e Proteção de Dados

A contratada deverá observar integralmente:

- a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- as normas do Banco Central do Brasil;
- os padrões de segurança estabelecidos pela FEBRABAN;
- demais normas aplicáveis às operações financeiras eletrônicas.

Deverão ser adotados mecanismos de:

- criptografia de dados;
- autenticação segura;
- rastreabilidade das operações;
- controle de acesso;
- registro de logs;
- proteção contra fraudes e acessos indevidos.

A contratada será responsável pela confidencialidade, integridade e segurança das informações trafegadas durante toda a execução contratual.

A contratada deverá manter política formal de segurança da informação compatível com a natureza do objeto contratado, contemplando mecanismos administrativos, técnicos e operacionais destinados à proteção dos dados e das transações processadas.

A solução deverá possuir mecanismos de:

- registro e armazenamento de logs de acesso e transações;
- rastreabilidade integral das operações realizadas;
- segregação de perfis e níveis de acesso;
- autenticação segura de usuários e sistemas;
- monitoramento de incidentes de segurança;
- controle de alterações sistêmicas;
- backup periódico das informações processadas;
- preservação da integridade dos arquivos de retorno;
- proteção contra acessos não autorizados, fraudes, vazamentos ou corrupção de dados.

Os registros operacionais e logs relacionados às transações arrecadatórias deverão permanecer armazenados pela contratada durante toda a vigência contratual e pelo prazo legal aplicável, devendo ser disponibilizados à Administração sempre que solicitado para fins de auditoria, fiscalização contratual, controle interno ou atendimento a órgãos de controle.

A contratada deverá comunicar formalmente à Administração, de forma imediata, a ocorrência de qualquer incidente de segurança da informação, indisponibilidade crítica, violação de dados, falha sistêmica relevante ou evento que possa comprometer:

- a continuidade da arrecadação;
- a integridade das informações;
- a conciliação financeira;
- a confidencialidade dos dados dos contribuintes;
- a regular execução contratual.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Em caso de incidente de segurança envolvendo dados pessoais ou informações financeiras, a contratada deverá adotar imediatamente medidas de contenção, mitigação e recuperação, sem prejuízo das obrigações previstas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), podendo a Administração exigir relatório técnico detalhado sobre o ocorrido e as providências adotadas.

A contratada deverá assegurar a continuidade operacional da solução mediante adoção de mecanismos de contingência e recuperação de falhas, garantindo a preservação das informações arrecadatórias e a estabilidade da integração sistêmica durante toda a execução contratual.

4.5. Requisitos de Habilitação Técnica

A contratada deverá comprovar:

- autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil, quando aplicável;
- capacidade técnica compatível com o objeto contratado;
- experiência na prestação de serviços de arrecadação e integração sistêmica compatíveis com a solução pretendida.

Poderá ser exigida documentação comprobatória da aptidão técnica, nos termos definidos no edital e neste Termo de Referência.

4.6. Requisitos de Sustentabilidade

A solução deverá priorizar meios digitais e automatizados, visando:

- redução de procedimentos manuais;
- diminuição da necessidade de deslocamento físico dos contribuintes;
- ampliação da eficiência administrativa;
- incentivo à modernização dos serviços públicos.

A contratada deverá, sempre que possível, priorizar comunicação eletrônica e tramitação digital de informações e documentos relacionados à execução contratual.

4.7. Requisitos da Execução Contratual

A remuneração da contratada ocorrerá por produtividade, incidindo exclusivamente sobre as guias efetivamente liquidadas.

A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual:

- regularidade fiscal e trabalhista;
- capacidade operacional compatível com a execução do objeto;
- disponibilidade técnica necessária ao atendimento das demandas da Administração.

O prazo inicial de vigência contratual será de 12 (doze) meses, podendo haver prorrogação nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza contínua do serviço.



4.8. Requisitos de Fiscalização e Controle

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, mediante:

- análise dos relatórios de arrecadação;
- conferência dos arquivos de retorno;
- verificação da estabilidade da integração;
- controle das liquidações processadas;
- monitoramento da conformidade operacional da solução.

A contratada deverá disponibilizar todas as informações necessárias ao adequado acompanhamento e fiscalização do contrato pela Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto observará as disposições deste Termo de Referência, do futuro instrumento contratual, da Lei nº 14.133/2021 e das normas técnicas aplicáveis às operações financeiras eletrônicas e à arrecadação bancária via PIX.

5.1. Condições Gerais de Execução

A execução compreenderá a prestação contínua de serviços de arrecadação de receitas públicas municipais por meio de pagamentos instantâneos via PIX QR Code Dinâmico, integrados ao sistema de gestão tributária do Município de Pimenta/MG.

Os serviços deverão ser executados de forma contínua, segura, automatizada e ininterrupta, garantindo o adequado funcionamento da arrecadação municipal e a disponibilidade dos meios de pagamento aos contribuintes.

A contratada será responsável pela integral execução da solução tecnológica necessária ao funcionamento do serviço, incluindo:

- integração sistêmica;
- processamento das transações;
- baixa automática dos débitos;
- envio de arquivos de retorno;
- suporte técnico operacional.

5.2. Implantação da Solução

Após a assinatura do contrato, a contratada deverá iniciar os procedimentos de implantação e integração tecnológica da solução junto ao sistema de gestão tributária utilizado pelo Município.

A implantação compreenderá:

- parametrização da integração;



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- configuração das rotinas operacionais;
- testes de comunicação entre os sistemas;
- homologação técnica;
- validação dos fluxos de arrecadação;
- testes de baixa automática e conciliação bancária.

O prazo para implantação e homologação da solução será de até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente, podendo ser prorrogado mediante justificativa aceita pela Administração.

O início da operação efetiva da solução dependerá da validação técnica pela Administração Municipal.

Poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento técnico-operacional entre a Administração, a contratada e os responsáveis pela integração sistêmica, visando definição dos fluxos operacionais, cronograma de implantação, responsabilidades técnicas e procedimentos de homologação.

5.2.1. Responsabilidades da Integração Tecnológica

A implantação e operacionalização da solução tecnológica objeto desta contratação dependerão da atuação coordenada entre a contratada, a Administração Municipal e os responsáveis técnicos pelo sistema de gestão tributária utilizado pelo Município.

Para fins de segregação de responsabilidades e adequada governança da execução contratual, ficam estabelecidas as seguintes atribuições mínimas:

I – Responsabilidades da Contratada

Compete à contratada:

- disponibilizar a infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento da solução;
- fornecer integração sistêmica mediante API e/ou arquivos no padrão CNAB 750/FEBRABAN;
- disponibilizar os parâmetros técnicos necessários à integração;
- assegurar o correto processamento das transações financeiras;
- garantir a geração e validação dos QR Codes PIX Dinâmicos;
- disponibilizar arquivos de retorno compatíveis com o sistema municipal;
- prestar suporte técnico durante implantação, homologação e execução contratual;
- corrigir falhas operacionais relacionadas à solução contratada;
- assegurar estabilidade, segurança e rastreabilidade das operações financeiras.

II – Responsabilidades da Administração Municipal

Compete à Administração Municipal:

- disponibilizar acesso técnico necessário para integração com o sistema tributário;
- indicar servidores responsáveis pelo acompanhamento da implantação;



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- fornecer as informações necessárias à parametrização da solução;
- acompanhar os testes operacionais e procedimentos de homologação;
- fiscalizar a regular execução contratual;
- validar os fluxos operacionais da arrecadação.

III – Responsabilidades Relacionadas ao Sistema de Gestão Tributária

Caberá ao responsável técnico pelo sistema de gestão tributária municipal disponibilizar suporte técnico necessário à integração da solução, incluindo:

- adequação dos layouts de comunicação;
- parametrização sistêmica;
- validação dos arquivos de remessa e retorno;
- suporte técnico relacionado ao funcionamento interno do software municipal.

A Administração não poderá ser responsabilizada por falhas decorrentes exclusivamente:

- da infraestrutura tecnológica da contratada;
- da indisponibilidade dos serviços financeiros operados pela contratada;
- de inconsistências originadas nos sistemas da contratada;
- de falhas atribuíveis exclusivamente ao fornecedor do software de gestão tributária.

Da mesma forma, a contratada não poderá ser responsabilizada por falhas decorrentes exclusivamente:

- de indisponibilidade da infraestrutura interna do Município;
- de falhas de internet ou rede interna da Administração;
- de inconsistências originadas no sistema de gestão tributária municipal não relacionadas à integração disponibilizada.

IV – Cooperação Técnica

As partes deverão atuar em regime de cooperação técnica durante toda a implantação e execução contratual, adotando as medidas necessárias para:

- preservação da continuidade da arrecadação;
- estabilidade da integração sistêmica;
- segurança das informações;
- regularidade da baixa automática;
- mitigação de falhas operacionais.

Eventuais inconsistências técnicas identificadas durante a execução deverão ser comunicadas imediatamente entre as partes envolvidas, visando à adoção tempestiva das medidas corretivas necessárias.

5.2.2. Homologação e Validação da Integração



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Durante a fase de implantação da solução, deverá ser realizada etapa de homologação operacional e validação técnica da integração sistêmica entre a plataforma da contratada e o sistema de gestão tributária utilizado pelo Município.

A etapa de homologação terá por finalidade verificar:

- a correta geração dos QR Codes PIX Dinâmicos;
- a comunicação entre os sistemas;
- o processamento das transações financeiras;
- a baixa automática dos débitos;
- a integridade dos arquivos de retorno;
- a conciliação bancária;
- a estabilidade operacional da solução;
- os mecanismos de segurança e rastreabilidade das informações.

Durante o período de homologação deverão ser realizados:

- testes operacionais simulados;
- validações técnicas conjuntas;
- conferências dos fluxos arrecadatários;
- testes de integração e comunicação sistêmica;
- verificações da consistência das informações processadas.

Os testes e validações serão realizados conjuntamente entre:

- a contratada;
- a Administração Municipal;
- os responsáveis técnicos pelo sistema de gestão tributária.

Eventuais falhas, inconsistências ou desconformidades identificadas durante a etapa de homologação deverão ser corrigidas pela contratada antes da liberação da solução para operação definitiva.

5.2.3. Homologação Técnica Obrigatória para Início da Operação

Concluída a etapa de homologação e validação operacional prevista no item 5.2.2, o início da operação efetiva da solução em ambiente de produção ficará condicionado à emissão de aceite técnico formal pela Administração Municipal.

A homologação técnica terá por finalidade verificar a conformidade operacional, funcional e de segurança da solução contratada, incluindo:

- geração adequada dos QR Codes PIX Dinâmicos;
- integração entre os sistemas;
- processamento das transações financeiras;
- baixa automática dos débitos;
- integridade dos arquivos de retorno;
- rastreabilidade das operações;
- estabilidade da comunicação sistêmica;



- funcionamento dos mecanismos de segurança da informação.

A validação técnica será realizada pela Administração Municipal, com apoio da fiscalização contratual e dos responsáveis técnicos envolvidos na integração sistêmica.

Somente após emissão de aceite técnico formal pela Administração será autorizado:

- o início da operação definitiva da solução;
- o processamento oficial das arrecadações;
- a liberação da solução em ambiente de produção.

Caso sejam identificadas falhas, inconsistências, instabilidades ou desconformidades durante o processo de homologação, a contratada deverá promover os ajustes necessários sem ônus adicional para a Administração, permanecendo suspensa a autorização para operação definitiva até a regularização integral das pendências.

A homologação técnica não exclui a responsabilidade da contratada por falhas supervenientes identificadas durante a execução contratual, permanecendo integralmente responsável pela estabilidade, segurança e regularidade operacional da solução durante toda a vigência do contrato.

5.3. Emissão e Processamento das Guias

A solução deverá permitir que as guias municipais sejam emitidas contendo:

- código de barras;
- QR Code PIX Dinâmico individualizado.

O QR Code deverá estar vinculado especificamente à respectiva guia emitida, possibilitando identificação automática da transação realizada.

As transações financeiras deverão ser processadas em ambiente seguro, observando:

- disponibilidade operacional contínua;
- integridade das informações;
- rastreabilidade das operações;
- conformidade com as normas do Banco Central do Brasil e FEBRABAN.

5.4. Baixa Automática e Arquivos de Retorno

Após a liquidação da guia pelo contribuinte, a contratada deverá realizar a comunicação automatizada da operação ao sistema municipal, possibilitando:

- baixa automática do débito;
- atualização cadastral da situação financeira do contribuinte;
- conciliação bancária;
- rastreamento das transações.

A contratada deverá disponibilizar arquivos de retorno e relatórios detalhados das liquidações processadas, em padrão compatível com o sistema utilizado pelo Município.



Os arquivos deverão conter, no mínimo:

- identificação da guia;
- valor liquidado;
- data e horário da liquidação;
- identificador da transação;
- situação da operação;
- demais informações necessárias à conciliação financeira.

5.4.1. Fluxo Financeiro e Conta de Liquidação

Os valores arrecadados por meio da solução de pagamentos instantâneos via PIX deverão ser liquidados diretamente em conta bancária de titularidade do Município de Pimenta/MG, previamente indicada pela Administração para fins de arrecadação pública municipal.

A contratada não poderá, em hipótese alguma:

- reter indevidamente os valores arrecadados;
- realizar compensações financeiras não autorizadas;
- promover descontos automáticos sobre os valores arrecadados;
- utilizar contas intermediárias sem rastreabilidade operacional;
- movimentar os recursos arrecadatários em desacordo com as determinações da Administração.

O fluxo financeiro da arrecadação deverá assegurar:

- rastreabilidade integral das transações;
- identificação individualizada das liquidações;
- compatibilidade entre os registros financeiros e os arquivos de retorno;
- conciliação bancária automatizada;
- segregação entre arrecadação municipal e remuneração contratual.

A remuneração da contratada ocorrerá exclusivamente mediante processo regular de liquidação e pagamento pela Administração Municipal, vedada qualquer forma de retenção automática da tarifa diretamente sobre os valores arrecadados.

Os recursos arrecadados deverão estar disponíveis na conta indicada pela Administração em prazo compatível com a liquidação instantânea da operação PIX, observadas as normas do Banco Central do Brasil e os procedimentos operacionais aplicáveis.

A contratada deverá disponibilizar relatórios financeiros e operacionais que permitam:

- rastreamento completo das transações;
- conferência dos valores arrecadados;
- auditoria da movimentação financeira;
- validação da conciliação bancária;
- controle da arrecadação municipal.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Eventuais inconsistências financeiras identificadas pela Administração deverão ser comunicadas imediatamente à contratada para regularização, sem prejuízo das medidas administrativas, contratuais e legais cabíveis.

5.5. Suporte Técnico e Atendimento

A contratada deverá disponibilizar suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual, visando garantir:

- estabilidade da integração;
- funcionamento adequado da solução;
- resolução de falhas operacionais;
- atualização dos layouts e rotinas sistêmicas;
- atendimento às demandas técnicas da Administração.

O suporte deverá ocorrer por canais de atendimento compatíveis com a natureza do serviço, incluindo comunicação eletrônica e atendimento remoto.

Em caso de indisponibilidade, falha operacional ou inconsistência na integração, a contratada deverá adotar providências imediatas para restabelecimento da normalidade do serviço.

5.6. Disponibilidade e Continuidade do Serviço

A solução deverá operar com disponibilidade contínua, permitindo pagamentos instantâneos 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados.

A contratada deverá manter infraestrutura tecnológica adequada para assegurar:

- estabilidade operacional;
- segurança das transações;
- continuidade da arrecadação municipal;
- mitigação de falhas sistêmicas.

Eventuais indisponibilidades programadas deverão ser previamente comunicadas à Administração Municipal.

5.6.1. Acordo de Nível de Serviço (SLA)

Com a finalidade de assegurar a continuidade, estabilidade e eficiência da solução tecnológica de arrecadação municipal, a contratada deverá observar os seguintes níveis mínimos de desempenho operacional durante toda a vigência contratual:

I – Disponibilidade da Solução

A solução deverá manter disponibilidade operacional mínima mensal de 99% (noventa e nove por cento), considerando:



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- funcionamento da integração sistêmica;
- geração dos QR Codes PIX Dinâmicos;
- processamento das transações;
- disponibilização dos arquivos de retorno;
- comunicação entre os sistemas.

Não serão considerados para fins de indisponibilidade:

- períodos de manutenção programada previamente comunicados à Administração com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
- indisponibilidades decorrentes de falhas comprovadamente atribuíveis a terceiros ou à infraestrutura interna do Município.

II – Atendimento de Incidentes Técnicos

A contratada deverá disponibilizar suporte técnico contínuo para tratamento de falhas operacionais e incidentes sistêmicos, observando os seguintes prazos máximos:

- Incidente crítico com interrupção total da arrecadação ou da baixa automática: atendimento inicial em até 2 (duas) horas e solução em até 24 (vinte e quatro) horas;
- Incidente de média criticidade sem paralisação integral do serviço: atendimento inicial em até 4 (quatro) horas e solução em até 48 (quarenta e oito) horas;
- Incidentes de baixa criticidade ou ajustes operacionais: atendimento em até 1 (um) dia útil e solução conforme cronograma acordado com a fiscalização.

III – Integridade e Processamento das Informações

A contratada deverá assegurar:

- integridade dos arquivos de retorno;
- rastreabilidade das transações;
- atualização tempestiva das liquidações;
- estabilidade da integração sistêmica;
- consistência das informações transmitidas ao sistema municipal.

Eventuais inconsistências identificadas pela fiscalização deverão ser corrigidas imediatamente pela contratada, sem ônus adicional para a Administração.

IV – Monitoramento e Fiscalização

O desempenho da solução será acompanhado pela fiscalização contratual mediante:

- análise dos relatórios operacionais;
- verificação dos registros de indisponibilidade;
- controle dos chamados técnicos;
- conferência da regularidade da baixa automática;



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- validação dos arquivos de retorno e da conciliação bancária.

O descumprimento reiterado dos níveis mínimos de serviço poderá ensejar:

- aplicação de glosas;
- abertura de procedimento administrativo;
- aplicação de penalidades contratuais;
- eventual rescisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.7. Fiscalização da Execução

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Fazenda ou por servidor formalmente designado pela Administração.

A fiscalização compreenderá:

- verificação da regularidade da execução;
- conferência dos relatórios de arrecadação;
- análise dos arquivos de retorno;
- monitoramento da integração sistêmica;
- validação das liquidações processadas;
- controle da disponibilidade operacional da solução.

A fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto contratual.

5.8. Encerramento da Execução Contratual

Ao término da vigência contratual, a contratada deverá assegurar a continuidade operacional da arrecadação até a efetiva transição contratual, quando aplicável.

A contratada deverá disponibilizar à Administração:

- arquivos necessários à continuidade dos serviços;
- histórico das operações realizadas;
- informações técnicas necessárias à migração ou encerramento da integração;
- suporte técnico mínimo para transição operacional.

O encerramento da contratação não poderá ocasionar interrupção abrupta dos serviços públicos de arrecadação municipal.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização da execução contratual observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da eficiência, controle, segregação de funções, transparência e acompanhamento contínuo da execução do objeto.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

O gerenciamento do contrato será realizado de forma preventiva, corretiva e contínua, visando assegurar a adequada prestação dos serviços, a estabilidade operacional da solução tecnológica, a regularidade da arrecadação municipal e o cumprimento integral das obrigações contratuais pela contratada.

6.1. Gestão e Fiscalização Contratual

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

A gestão do contrato competirá ao gestor contratual designado, cabendo-lhe:

- acompanhar a execução geral do contrato;
- coordenar a fiscalização administrativa e técnica;
- controlar prazos contratuais;
- acompanhar saldos e vigência;
- promover registros das ocorrências relevantes;
- adotar providências administrativas relativas à execução contratual;
- encaminhar medidas para eventual aplicação de penalidades.

A fiscalização contratual será exercida por fiscal técnico e/ou administrativo designado pela Administração, competindo-lhe:

- acompanhar a execução operacional da solução;
- verificar o cumprimento das obrigações contratuais;
- analisar relatórios e arquivos de retorno;
- conferir a regularidade das liquidações processadas;
- monitorar a estabilidade da integração sistêmica;
- registrar ocorrências, falhas ou inconsistências verificadas na execução.

6.2. Instrumentos de Controle e Acompanhamento

A fiscalização da execução contratual ocorrerá mediante:

- análise dos arquivos de retorno bancário;
- conferência dos relatórios de arrecadação;
- verificação das liquidações processadas;
- acompanhamento da baixa automática dos débitos;
- monitoramento da disponibilidade operacional da solução;
- avaliação da estabilidade da integração tecnológica.

A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo:

- relatórios complementares;
- informações técnicas;
- registros operacionais;
- evidências de processamento das transações;
- dados necessários à auditoria e conciliação bancária.

6.3. Comunicação entre as Partes



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

As comunicações entre a Administração e a contratada ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, mediante:

- correio eletrônico institucional;
- sistemas eletrônicos de comunicação;
- notificações formais;
- abertura de chamados técnicos;
- registros administrativos da execução contratual.

As solicitações, notificações e ocorrências relacionadas ao contrato deverão ser respondidas pela contratada em prazo compatível com a complexidade da demanda e a criticidade do serviço.

6.4. Tratamento de Ocorrências e Não Conformidades

Constituem ocorrências passíveis de registro e acompanhamento:

- falhas na integração sistêmica;
- indisponibilidade da solução;
- inconsistências nos arquivos de retorno;
- falhas na baixa automática;
- atraso na resolução de incidentes;
- descumprimento de obrigações contratuais;
- falhas de segurança ou proteção de dados.

Verificada qualquer irregularidade, a Administração poderá:

- emitir notificação formal;
- solicitar correção imediata;
- determinar prazo para regularização;
- instaurar procedimento de apuração contratual;
- aplicar sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

6.5. Gestão de Riscos Contratuais

A gestão contratual observará os riscos identificados no planejamento da contratação, especialmente aqueles relacionados a:

- indisponibilidade da solução;
- falhas de integração;
- inconsistências na conciliação bancária;
- segurança das informações;
- interrupção da arrecadação;
- descumprimento da LGPD.

A Administração poderá adotar medidas preventivas e corretivas destinadas à mitigação dos riscos operacionais e à preservação da continuidade dos serviços públicos.

6.5.1. Matriz de Riscos Contratuais e Medidas de Contingência

**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

Considerando a natureza tecnológica, contínua e estratégica da presente contratação, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes mínimas de gerenciamento de riscos operacionais relacionados à execução contratual:

Risco Identificado	Impacto Potencial	Medidas Preventivas	Medidas de Contingência
Indisponibilidade da solução tecnológica	Interrupção da arrecadação via PIX	Monitoramento contínuo da infraestrutura, SLA mínimo e suporte técnico permanente	Utilização imediata do modelo arrecadatório via código de barras já existente
Falha na integração sistêmica	Inconsistência na baixa automática e conciliação bancária	Testes prévios, homologação técnica e validação periódica dos arquivos de retorno	Processamento manual temporário mediante conferência da fiscalização
Inconsistência nos arquivos CNAB/retorno	Divergência financeira e risco de erro arrecadatório	Auditoria periódica e validação sistêmica dos arquivos	Reprocessamento das informações e comunicação imediata à fiscalização
Vazamento ou incidente de segurança da informação	Exposição de dados financeiros e pessoais	Criptografia, controle de acesso, logs e protocolos de segurança	Suspensão preventiva da integração, auditoria técnica e adoção das medidas previstas na LGPD
Falha operacional da contratada	Prejuízo à continuidade do serviço público	Fiscalização contínua e monitoramento do desempenho contratual	Aplicação de penalidades, glosas e eventual substituição contratual
Indisponibilidade da infraestrutura interna do Município	Paralisação temporária da comunicação sistêmica	Monitoramento da rede interna e acompanhamento técnico do ambiente municipal	Restabelecimento operacional pela equipe técnica municipal
Falha na comunicação entre sistemas	Atraso na atualização da arrecadação	Monitoramento automatizado da integração	Reprocessamento dos arquivos e atualização extraordinária das informações

6.6. Recebimento da Execução

O acompanhamento da execução contratual servirá de base para o recebimento mensal dos serviços prestados.

O recebimento ocorrerá mediante verificação:

- das liquidações efetivamente processadas;
- da regularidade dos arquivos de retorno;
- da conformidade operacional da solução;
- da ausência de inconsistências relevantes na execução.

O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada por falhas, vícios, inconsistências ou irregularidades verificadas posteriormente.

6.7. Prorrogação Contratual

Considerando a natureza contínua do serviço, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- demonstrada a vantajosidade para a Administração;
- mantidas as condições de habilitação;
- exista disponibilidade orçamentária;



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- haja regularidade na execução contratual;
- sejam observadas as condições legais e contratuais aplicáveis.

A eventual prorrogação dependerá de manifestação formal da Administração e da comprovação da manutenção das condições mais vantajosas para o interesse público.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, bem como a execução irregular do objeto, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

7.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras:

- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de manter as condições de habilitação durante a execução contratual;
- ensejar retardamento da execução ou da implantação da solução;
- falhar na integração sistêmica;
- apresentar inconsistências recorrentes nos arquivos de retorno;
- comprometer a segurança das operações financeiras;
- descumprir obrigações relacionadas à proteção de dados e segurança da informação;
- comportar-se de modo inidôneo;
- praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação.

7.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à contratada as seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.4. A aplicação das penalidades observará:

- a gravidade da infração;
- os danos causados à Administração;
- a continuidade dos serviços públicos;
- a vantagem auferida pela contratada;
- a reincidência;
- a proporcionalidade e razoabilidade.

7.5. As multas eventualmente aplicadas poderão ser:

- moratórias;
- compensatórias;
- descontadas de pagamentos eventualmente devidos;
- cobradas administrativamente ou judicialmente.



7.6. A aplicação das sanções administrativas será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

7.7. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas oficiais de cadastramento de fornecedores e demais registros aplicáveis.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Critérios de Medição da Execução

A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando exclusivamente a quantidade de guias efetivamente liquidadas por meio da solução de pagamento via PIX QR Code Dinâmico disponibilizada pela contratada.

Para fins de apuração da execução contratual, serão considerados:

- os registros das transações efetivamente processadas;
- os arquivos de retorno encaminhados pela contratada;
- os relatórios de arrecadação;
- as informações constantes no sistema de gestão tributária municipal;
- a validação da fiscalização contratual.

A unidade de medição adotada será:

- Guia liquidada.

Não serão computadas para fins de pagamento:

- transações canceladas;
- operações rejeitadas;
- pagamentos não conciliados;
- liquidações processadas em desacordo com as especificações contratuais;
- transações cuja baixa automática não tenha ocorrido por falha imputável à contratada.

A fiscalização poderá solicitar esclarecimentos, relatórios complementares ou documentos comprobatórios sempre que houver divergência entre os registros da contratada e os dados constantes no sistema municipal.

8.2. Recebimento dos Serviços

O recebimento dos serviços ocorrerá de forma mensal, mediante verificação da conformidade da execução pela fiscalização do contrato.

O recebimento provisório será realizado após a conferência:

- da quantidade de guias liquidadas;
- da regularidade dos arquivos de retorno;
- da estabilidade operacional da solução;
- da correta integração sistêmica;
- da ausência de inconsistências relevantes na execução.



Após a validação das informações e inexistindo pendências, será emitido o recebimento definitivo para fins de liquidação da despesa e pagamento.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por falhas, inconsistências ou irregularidades constatadas posteriormente.

8.2.1. Procedimentos de Validação e Conferência da Execução

Para fins de recebimento mensal da execução contratual e posterior liquidação da despesa, a contratada deverá apresentar relatório detalhado das transações processadas no período de referência, contendo, no mínimo:

- quantitativo de guias efetivamente liquidadas;
- identificação individual das transações;
- data e horário das liquidações;
- valores arrecadados;
- identificadores das transações PIX;
- situação das liquidações;
- registros de inconsistências eventualmente verificadas;
- demonstrativo dos arquivos de retorno processados;
- relatório consolidado para fins de conciliação bancária.

Os relatórios deverão ser compatíveis com os registros constantes:

- no sistema de gestão tributária municipal;
- nos arquivos de retorno bancário;
- nos controles internos da Administração;
- nos registros de arrecadação da Tesouraria Municipal.

O recebimento da execução ficará condicionado à validação da fiscalização contratual, mediante:

- conferência dos arquivos de retorno;
- verificação da regularidade das baixas automáticas;
- análise da consistência das informações financeiras;
- confirmação da estabilidade operacional da solução;
- validação da compatibilidade entre os registros da contratada e os dados do sistema municipal.

Havendo divergência, inconsistência, ausência de informações ou falhas na conciliação bancária, a fiscalização poderá:

- solicitar esclarecimentos complementares;
- determinar a reapresentação dos relatórios;
- suspender temporariamente o recebimento da execução;
- glosar valores relativos às transações não validadas;
- instaurar procedimento administrativo para apuração das inconsistências.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Somente serão considerados aptos para recebimento e pagamento os serviços efetivamente executados, conciliados e validados pela fiscalização contratual.

A validação mensal da execução não exclui a possibilidade de auditoria posterior pela Administração, controle interno ou órgãos de controle externo, permanecendo a contratada responsável pela veracidade, integridade e rastreabilidade das informações apresentadas.

8.3. Forma de Pagamento

O pagamento será realizado de forma mensal, por produtividade, incidindo exclusivamente sobre as guias efetivamente liquidadas no período de referência.

A remuneração observará o valor unitário adjudicado no procedimento licitatório, multiplicado pela quantidade de transações efetivamente processadas e validadas pela Administração.

Os pagamentos serão efetuados mediante:

- apresentação de documento fiscal hábil;
- comprovação da regular execução dos serviços;
- apresentação dos relatórios de arrecadação e arquivos de retorno;
- atesto do fiscal do contrato;
- comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigido pela legislação aplicável.

O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis, contado da liquidação da despesa e do recebimento definitivo da execução.

8.4. Condições para Pagamento

Somente serão pagos os serviços efetivamente executados em conformidade com:

- este Termo de Referência;
- o instrumento contratual;
- as especificações técnicas da solução;
- as determinações da fiscalização contratual.

A Administração poderá reter ou glosar valores relativos a:

- serviços executados em desconformidade;
- falhas operacionais;
- inconsistências na conciliação bancária;
- indisponibilidade injustificada da solução;
- descumprimento de obrigações contratuais;
- prejuízos decorrentes de falhas imputáveis à contratada.

Eventuais divergências identificadas na medição deverão ser regularizadas previamente à liberação do pagamento.

8.5. Reequilíbrio Econômico-Financeiro



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Os preços contratados poderão ser revistos nas hipóteses legalmente previstas, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação da ocorrência de fato superveniente capaz de impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A eventual concessão de reequilíbrio dependerá de requerimento formal da contratada, acompanhado da documentação comprobatória pertinente e análise da Administração Municipal.

8.6. Inadimplemento Contratual

O inadimplemento parcial ou total das obrigações contratuais poderá ensejar:

- suspensão do pagamento;
- glosa de valores;
- aplicação de penalidades administrativas;
- rescisão contratual;
- demais medidas cabíveis previstas na legislação e no contrato.

A aplicação de qualquer medida administrativa observará o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de Seleção

Considerando as características do objeto, a natureza comum dos serviços pretendidos e a possibilidade de definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade, a contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do SRP justifica-se pela natureza estimativa da demanda, pela remuneração vinculada à efetiva liquidação das guias municipais e pela impossibilidade de definição exata do quantitativo de transações que serão efetivamente processadas durante a vigência contratual.

9.2. Critério de Julgamento

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço unitário por guia liquidada, observados os requisitos técnicos, operacionais e de compatibilidade previstos neste Termo de Referência e no edital.

A proposta vencedora será aquela que apresentar o menor valor unitário por guia liquidada, desde que:

- atenda integralmente às especificações técnicas exigidas;
- demonstre exequibilidade;
- seja compatível com os valores praticados no mercado;
- observe as condições de habilitação previstas no instrumento convocatório.

9.3. Regime de Execução



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, considerando que o pagamento ocorrerá conforme a quantidade efetivamente executada de guias liquidadas.

A contratação não gerará obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, tratando-se de quantitativo meramente estimativo para fins de planejamento e formação de preços.

9.4. Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal, social e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira;
- qualificação técnica compatível com o objeto;
- autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil, quando aplicável.

A documentação exigida deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas no edital.

9.5. Qualificação Técnica

A licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de documentação que demonstre experiência anterior em:

- arrecadação de receitas por meios eletrônicos;
- integração sistêmica via API e/ou arquivos bancários;
- processamento de pagamentos instantâneos;
- serviços bancários ou financeiros compatíveis com a solução pretendida.

Poderão ser exigidos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos do edital.

9.6. Exequibilidade das Propostas

A Administração poderá realizar diligências para verificação da exequibilidade da proposta, especialmente nos casos de preços:

- excessivamente reduzidos;
- incompatíveis com os valores de mercado;
- insuficientes para cobertura dos custos operacionais da execução.

Poderá ser solicitada da licitante a apresentação de documentação complementar que demonstre a viabilidade econômica da proposta ofertada.

9.7. Vedação à Participação

Não poderão participar da licitação:

- empresas suspensas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- empresas declaradas inidôneas;
- empresas impedidas nos termos da legislação vigente;

**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

- pessoas físicas ou jurídicas enquadradas nas hipóteses de vedação previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.8. Critérios de Desempate

Em caso de empate entre propostas, serão observados os critérios previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurada preferência sucessivamente:

- aos bens e serviços produzidos no País;
- às empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- às empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei;
- aos demais critérios legais aplicáveis.

Persistindo o empate, poderá ser realizado sorteio, nos termos da legislação vigente.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento preliminar de mercado, considerando contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, bem como os valores praticados por instituições financeiras e empresas especializadas na prestação de serviços de arrecadação via PIX com integração sistêmica.

Para composição do valor estimado foram considerados:

- a natureza contínua do serviço;
- o quantitativo estimado de transações anuais;
- o modelo de remuneração por produtividade;
- os custos operacionais relacionados à integração tecnológica, processamento das transações, baixa automática e suporte técnico;
- a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

A estimativa da contratação observará os seguintes parâmetros:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Prestação de serviços bancários de arrecadação de receitas públicas municipais por meio de pagamentos instantâneos via PIX QR Code Dinâmico, com integração ao sistema de gestão municipal mediante API e/ou arquivos no padrão CNAB 750 (FEBRABAN), incluindo geração de QR Codes vinculados às guias emitidas, processamento das transações, baixa automática dos débitos, envio de arquivos de retorno para conciliação bancária e suporte técnico à integração.	Guia liquidada	15.000	R\$ 1,18	R\$ 17.700,00

O valor total estimado para a contratação corresponde a R\$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais), considerando o período inicial de 12 (doze) meses de vigência contratual.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

O quantitativo informado representa mera estimativa de consumo anual, elaborada com base no histórico de arrecadação municipal e na projeção de utilização dos pagamentos instantâneos via PIX, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração Pública.

A remuneração da contratada ocorrerá exclusivamente por produtividade, incidindo apenas sobre as guias efetivamente liquidadas no período, razão pela qual os valores apresentados possuem caráter estimativo para fins de planejamento, reserva orçamentária e definição do valor de referência da contratação.

A pesquisa de preços detalhada e a consolidação definitiva do valor de referência integrarão os autos do processo administrativo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município de Pimenta/MG, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei nº 4.320/1964 e da Lei nº 14.133/2021.

A contratação encontra-se compatível com o planejamento orçamentário da Administração Municipal, havendo previsão de recursos suficientes para suportar as despesas decorrentes da execução contratual, conforme indicado no Documento de Formalização da Demanda – DFD e demais documentos integrantes da fase preparatória da contratação.

Tratando-se de contratação de natureza contínua, a execução das despesas para os exercícios subsequentes ficará condicionada à existência de dotação orçamentária própria e suficiente nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, nos termos da legislação vigente.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ficha 125 02.03.01.04.129.0003.2023.3.3.90.39.00 Fonte de Recurso: 1.500.000

Caso necessário, poderão ser utilizadas dotações orçamentárias complementares ou suplementares vinculadas à mesma natureza da despesa, observadas as disposições legais e orçamentárias aplicáveis.

12 TERMO DE CIÊNCIA DO FISCAL

Eu **Lucas Henrique de Oliveira**, declaro estar ciente de minha designação como Fiscal do Contrato referente ao objeto deste Termo de Referência. Comprometo-me a desempenhar minhas funções com diligência, imparcialidade e integridade, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais, o controle de prazos e a avaliação do desempenho da contratada. Estou ciente da importância de documentar todas as comunicações e ocorrências relacionadas ao contrato.



Lucas Henrique de Oliveira

13. APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

Aplicam-se à presente contratação as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, especialmente no que se refere ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado destinado às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, observadas as condições e limites legalmente previstos.

A participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte observará as regras relativas:

- à regularidade fiscal tardia;
- ao direito de preferência em caso de empate ficto;
- aos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006;
- às demais disposições aplicáveis ao tratamento favorecido.

Não será aplicada a exclusividade de participação prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o objeto da presente contratação envolve serviços especializados de arrecadação pública com integração tecnológica sistêmica, processamento financeiro eletrônico e comunicação automatizada entre sistemas.

A execução do objeto exige infraestrutura operacional contínua, compatibilidade técnica com o sistema de gestão tributária municipal, observância aos padrões FEBRABAN e capacidade de processamento seguro das transações financeiras, circunstâncias que demandam estrutura técnica e operacional compatível com a complexidade da solução pretendida.

Ademais, a solução será executada de forma integrada e indivisível, não sendo tecnicamente recomendável a fragmentação da execução ou a segregação de fornecedores, sob pena de comprometimento:

- da estabilidade da integração sistêmica;
- da segurança das transações financeiras;
- da rastreabilidade arrecadatória;
- da conciliação bancária automatizada;
- da continuidade da arrecadação municipal.

A adoção de execução fragmentada poderia gerar incompatibilidades tecnológicas, dificuldades operacionais de fiscalização, aumento de riscos sistêmicos e comprometimento da eficiência administrativa, contrariando o interesse público e os princípios da economicidade, eficiência e segurança jurídica.

Assim, a Administração entende configurada a hipótese prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, segundo o qual os benefícios previstos nos arts. 47 e 48 poderão deixar de ser aplicados quando o tratamento diferenciado e simplificado não se mostrar vantajoso



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Permanecem assegurados às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte os demais benefícios legalmente previstos, especialmente aqueles relacionados à regularidade fiscal tardia, preferência em caso de empate ficto e demais disposições aplicáveis da Lei Complementar nº 123/2006.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

A participação no procedimento licitatório implica plena ciência e aceitação, por parte dos licitantes, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

A contratada deverá observar integralmente, durante toda a execução contratual:

- as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- as normas do Banco Central do Brasil;
- os padrões operacionais da FEBRABAN;
- a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- as normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao objeto.

A Administração poderá promover diligências, solicitar documentos complementares e realizar verificações técnicas sempre que necessário para assegurar a adequada instrução processual, a regularidade da execução contratual e o atendimento ao interesse público.

Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, com fundamento na legislação vigente, nos princípios que regem a Administração Pública e nas cláusulas estabelecidas no edital, no Termo de Referência e no futuro instrumento contratual.

Eventuais alterações contratuais observarão as hipóteses e limites previstos na Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo, quando cabível.

A contratação decorrente deste Termo de Referência deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade, transparência, planejamento, segregação de funções, segurança jurídica e desenvolvimento nacional sustentável.

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e a adequada execução dos serviços pretendidos.

14. CONTATO DO DEMANDANTE PARA ESCLARECIMENTOS/DÚVIDAS SOBRE O OBJETO DA CONTRATAÇÃO

NOME: **Central de Planejamento, Coordenação, e Gestão de Contratações Públicas**

TELEFONE: **(37) 3412-2820**

E-MAIL: gestaocontratacoespimentamg@gmail.com



MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48

E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com

CPCGC

Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Pimenta/MG, 15 de maio de 2026.



Assinatura Eletrônica por: Daniela Aparecida da
Silva Lima, em: 15/05/2026 10:22:44 -
Serviços Gerais, CPF: ***.127.416**. Hash:
ea5d2f1c4608232e07d3aa3d998e5135&t=int

Daniela Aparecida da Silva Lima

*Central de Planejamento, Coordenação,
e Gestão de Contratações Públicas - CPCGC*



Assinatura Eletrônica por: Lucas Henrique de
Oliveira, em: 15/05/2026 10:08:54 - Secretario
de Fazenda, CPF: ***.816.986**. Hash:
a1d0c6e83f027327d8461063f4ac58a6&t=int

Lucas Henrique de Oliveira

Secretário de Fazenda

ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Daniela Aparecida da Silva Lima - na Data/Hora: 15/05/2026 10:23:12 - CPF: ***.127.416** - Cargo: Serviços Gerais - Qualificado em: 01/02/2006 - Pelo Documento: Matricula 980-6 - Código de Autenticidade da Assinatura: ea5d2f1c4608232e07d3aa3d998e5135, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO



Código do Documento: 621502 - Nome do Documento: Serviços bancários de pagamento instantaneo via PIX - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 15/05/2026, Neste ato assinado por: Daniela Aparecida da Silva Lima - na data: 15/05/2026 10:23:12. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U2W1S5F0L2

ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Lucas Henrique de Oliveira - na Data/Hora: 15/05/2026 10:27:15 - CPF: ***.816.986** - Ident.: ** 13.310.4** - Cargo: Secretario de Fazenda - Qualificado em: 02/06/2021 - Pelo Documento: Matricula: 2818-0 - Código de Autenticidade da Assinatura: a1d0c6e83f027327d8461063f4ac58a6, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO



Código do Documento: 621502 - Nome do Documento: Serviços bancários de pagamento instantaneo via PIX - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 15/05/2026, Neste ato assinado por: Lucas Henrique de Oliveira - na data: 15/05/2026 10:08:54. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U2W1S5F0L2